



Ministério da Educação
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Pró-Reitoria de Recursos Humanos

CONCURSO PÚBLICO

CARGO: MÉDICO/ÁREA: PATOLOGIA ESPECIAL (Uberaba)

EDITAL Nº 50/2016

PROVA OBJETIVA

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

01. Você recebeu uma FOLHA DE RESPOSTAS e um CADERNO DE PROVA.
02. Confira seu nome, documento de identidade e número de inscrição e assine a FOLHA DE RESPOSTAS. Qualquer divergência chame o fiscal.
03. Não amasse, não dobre nem rasure a sua FOLHA DE RESPOSTAS.
04. A FOLHA DE RESPOSTAS não será substituída.
05. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.
06. Este caderno contém 40 (quarenta) questões seguidas de 4 (quatro) alternativas cada uma (A, B, C, D).
07. Neste momento confira este CADERNO DE PROVA com muita atenção, observando o total de questões e verificando se há falhas de impressão. Qualquer problema chame o fiscal.
08. Aguarde a autorização do Fiscal de Sala para iniciar a prova.
09. NÃO será permitido o uso de calculadoras e de aparelhos eletrônicos (telefones celulares, agenda eletrônica ou similares) ou qualquer material de consulta durante a realização da prova.
10. Leia cuidadosamente todas as questões e preencha a FOLHA DE RESPOSTAS, assinalando a alternativa escolhida com caneta esferográfica azul ou preta. Cubra toda a área da letra correspondente a cada resposta, conforme modelo abaixo:



11. Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, emenda ou rasura.
12. Evite deixar questão sem resposta.
13. Ao término do preenchimento e após 2 (duas) horas do início da prova, caso tenha terminado a prova, entregue ao fiscal de sala SOMENTE o CARTÃO DE RESPOSTAS. O candidato poderá levar consigo o CADERNO DE PROVA.
14. Use as respostas do seu CADERNO DE PROVA para conferir seu desempenho a partir do gabarito oficial, que será disponibilizado no endereço eletrônico: www.uftm.edu.br
15. Até que você saia do prédio, todas as orientações continuam válidas.

BOA SORTE!

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Ao assistir as agressões verbais sofridas por Eduardo Cunha por manifestantes na sede da Polícia Federal em Curitiba, lembrei-me de Ettore Perrone, militar e político que empresta seu nome a uma via em Turim. Uma rua classicamente italiana como tantas outras, com construções centenárias cinza-amareladas, varandas e floreiras, não fosse uma pequena placa ao lado da porta de entrada do prédio de número 5, com o nome de Fulvio Croce.

Corria, em 1977, com grande repercussão pública, o processo criminal contra os líderes das brigadas vermelhas, que adotaram uma estratégia para deslegitimar o sistema judicial, considerado, por eles, aliado ao regime e por isso despedido da imparcialidade necessária: não constituíam advogados. Mais do que isso. Proíbiam com ameaças de morte os defensores nomeados pela justiça de os defenderem em juízo.

Para superar esse impasse, um grupo de advogados decidiu aceitar a convocação da Justiça, com a condição de simplesmente zelar pela observância do devido processo legal, sem apresentação de teses de mérito, para não criar um conflito com a postura dos representados. O principal símbolo desses defensores era o então presidente da “Ordem dos advogados” de Turim.

Croce atuava contra a sua vontade, mas realizava um sacrifício profissional de alto relevo em nome de um dos valores mais caros ao sistema jurídico: a imprescindibilidade do advogado, especialmente no âmbito de um processo criminal, que não concebe a realização da justiça, sem o direito de defesa. E possivelmente também imaginasse o risco que representava aquela decisão, que tragicamente acabou se concretizando. Em 28 de abril, o presidente da Ordine de Torino foi vítima de um atentado das “Brigatti Rossi”, tombando em frente ao número 5 da via Ettore Perrone, após ser atingido por disparos de uma pistola 7.62.

Esse episódio demonstra bem que o direito de defesa serve a propósitos muito superiores ao auxílio jurídico de um cidadão, encargo que por certo já se reveste de alta significação pública, um direito constitucionalmente assegurado como fundamental. O direito de defesa é garantia que transcende o interesse individual de quem ele circunstancialmente protege.

O direito de defesa interessa ao juiz indevidamente acusado de absolver ou condenar alguém por motivação pessoal ou política; tutela quem acusa para se defender de uma imputação de denúncia caluniosa im procedente, e para que os seus erros e excessos, que não raramente ocorrem, possam ser evitados; resguarda o jornalista, injustamente perseguido com violação ao sigilo da fonte; abriga o manifestante, que não pode ter seu legítimo direito de expressão criminalizado.

O direito de defesa é irrenunciável. Não por outro motivo, o Estado tem o dever de oferecer assistência jurídica a quem não possui condições financeiras. E, claro, interessa aos culpados, para que suas responsabilidades e punições sejam corretamente decididas pelo Poder Judiciário, pois essa é uma exigência indeclinável do Estado de Direito. É, portanto, um pressuposto de integridade do sistema judicial.

Deve-se, por isso, rechaçar qualquer forma de estigmatização da atuação legítima dos advogados criminais, pois o leigo em direito deve ter a perfeita compreensão de que a absolvição de uma pessoa culpada ou a prescrição de um crime não são produtos do direito de defesa, mas certamente da atuação precária das agências de investigação ou da negligência do sistema judicial.

O trabalho de todo advogado de defesa serve fundamentalmente para que o Estado, ao processar e punir quem comete um crime, exerça esse poder sem se desviar da legalidade, equiparando-se ao criminoso. Como diz o grande português Rui Cunha Martins, é falsa a ideia de que o Estado de direito seja salvo cada vez que o sistema penal pune um poderoso ou um convicto corrupto; por mais que custe à chamada “opinião”, o Estado de direito só é salvo se um poderoso ou um convicto corrupto são punidos no decurso de um devido processo legal; o contrário disso é populismo puro.

E não há devido processo legal sem respeito efetivo à plenitude do direito de defesa. O contrário disso é, sempre, injustiça.

(BREDA, J. Direito de defesa, como o de cunha, transcende interesse pessoal. Opinião. Folha de São Paulo, 01/11/2016)

1. A partir da leitura do texto, pode-se afirmar que o autor:
 - A. Apoia a atitude de manifestantes em relação aos advogados de defesa de Eduardo Cunha, na sede da Polícia Federal em Curitiba.
 - B. Esclarece por que o advogado de defesa é prescindível no decurso de um devido processo legal.
 - C. Reprova as agressões verbais sofridas pelos advogados de defesa de Eduardo Cunha, na sede da Polícia Federal em Curitiba.
 - D. Defende a condenação de pessoas como Eduardo Cunha, para que se garanta a integridade do sistema judicial.

2. O propósito comunicativo dominante no texto é:
 - A. elencar, de maneira organizada, argumentos favoráveis à posição de que o advogado de defesa constitui um dos elementos essenciais a um devido processo legal.
 - B. caracterizar, de forma ordenada, os diversos motivos pelos quais não se pode renunciar a um advogado de defesa, no decurso de um processo legal.
 - C. apontar, de maneira organizada, quais os riscos que se corre, ao renunciar ao direito de defesa, no desenrolar de um processo legal.
 - D. explicitar, de forma hierárquica, as diversas funções que exerce um advogado de defesa, ao atuar junto ao sistema judicial, num processo legal.

3. Os verbos em português expressam diferentes aspectos temporais. Marque a opção em que a função do verbo destacado está corretamente indicada entre parênteses:
 - A. “**Corria**, em 1977, com grande repercussão pública, o processo criminal contra os líderes das brigadas vermelhas...” (**expressa um fato pontual no passado**)
 - B. “Para superar esse impasse, um grupo de advogados **decidiu** aceitar a convocação da Justiça...” (**expressa uma ação durativa no passado**)
 - C. “Não por outro motivo, o Estado **tem** o dever de oferecer assistência jurídica a quem não possui condições financeiras.” (**expressa um fato momentâneo**)
 - D. “Croce atuava contra a sua vontade, mas **realizava** um sacrifício profissional de alto relevo...” (**expressa um fato contínuo no passado**)

4. Volte ao texto, releia os trechos a seguir e marque a opção na qual o elemento “**que**” desempenha uma função diferente da que exerce no trecho “Corria, em 1977, com grande repercussão pública, o processo criminal contra os líderes das brigadas vermelhas, **que** adotaram uma estratégia para deslegitimar o sistema judicial...”:
 - A. “E possivelmente também imaginasse o risco que representava aquela decisão, **que** tragicamente acabou se concretizando.”
 - B. “Esse episódio demonstra bem **que** o direito de defesa serve a propósitos muito superiores ao auxílio jurídico de um cidadão...”
 - C. “O direito de defesa é garantia **que** transcende o interesse individual de quem ele circunstancialmente protege.”
 - D. “... tutela quem acusa para se defender de uma imputação de denúncia caluniosa im procedente, e para que os seus erros e excessos, **que** não raramente ocorrem, possam ser evitados.”

5. Observe as afirmações a respeito dos elementos linguísticos empregados no texto e julgue se estão certas ou erradas, de acordo com a norma culta:

I – No trecho “... para deslegitimar o sistema judicial, considerado, por eles, aliado ao regime e por isso **despido** da imparcialidade necessária...”, a palavra destacada está empregada conotativamente.

II – No fragmento “essa é uma exigência indeclinável do Estado de Direito. É, **portanto**, um pressuposto de integridade do sistema judicial.”, a conjunção sublinhada tem valor semântico de explicação.

III – A concordância do verbo haver, em “E não **há** devido processo legal sem respeito efetivo à plenitude do direito de defesa.” se justifica pelo mesmo motivo que em “**Houve** momentos de pânico durante a apresentação”.

IV – A regência do verbo “oferecer” em “O direito de defesa é irrenunciável. Não por outro motivo, o Estado tem o dever de **oferecer** assistência jurídica a quem não possui condições financeiras.”, é a mesma do verbo “**ensinar**” em “Se lhe **ensinassem** um ofício, o rapaz poderia trabalhar e ajudar no sustento da família”.

V – A colocação pronominal em próclise, no trecho “Esse episódio demonstra bem que o direito de defesa serve a propósitos muito superiores ao auxílio jurídico de um cidadão, encargo que por certo já **se** reveste de alta significação pública...” é facultativa, pois o pronome poderia também ser colocado depois do verbo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

- A. E – E – C – C – E
- B. C – C – E – E – E
- C. E – C – E – C – C
- D. C – E – E – C – C

6. Leia novamente o trecho “**A**o assistir as agressões verbais sofridas por Eduardo Cunha por manifestantes na sede da Polícia Federal em Curitiba, lembrei-me de Etorre Perrone, militar e político que empresta seu nome a uma via em Turim”, observando atentamente o valor da preposição “a”, em destaque. Em seguida, assinale a alternativa em que a preposição “a” destacada assume esse mesmo valor:

- A. “O direito de defesa interessa **a**o juiz indevidamente acusado de absolver ou condenar alguém por motivação pessoal ou política...”
- B. “...resguarda o jornalista, injustamente perseguido com violação **a**o sigilo da fonte...”
- C. “O trabalho de todo advogado de defesa serve fundamentalmente para que o Estado, **a**o processar e punir quem comete um crime, exerça esse poder sem se desviar da legalidade...”
- D. “...construções centenárias cinza-amareladas, varandas e floreiras, não fosse uma pequena placa **a**o lado da porta de entrada do prédio de número 5, com o nome de Fulvio Croce.”

7. Volte ao texto e releia o fragmento “O direito de defesa é irrenunciável. Não por outro motivo, o Estado tem o dever de oferecer assistência jurídica a quem não possui condições financeiras. E, claro, interessa aos culpados, para que suas responsabilidades e punições sejam corretamente decididas pelo Poder Judiciário, pois essa é uma exigência indeclinável do Estado de Direito. É, portanto, um pressuposto de integridade do sistema judicial.” Em relação à tessitura desse fragmento, pode-se afirmar que:

- A. ocorre retomadas anafóricas que sustentam a progressão temática.
- B. ocorre a repetição de vocábulos que funcionam como conectores.
- C. há paralelismo sintático que garante a clareza e a coesão textual.
- D. há uma nominalização que assegura o encadeamento das ideias.

8. Sobre a função da pontuação num texto, assinale a alternativa em que se justifica, de acordo com a norma culta, corretamente o emprego da pontuação nos trechos a seguir:
- A. Em “Croce atuava contra a sua vontade, mas realizava um sacrifício profissional de alto relevo em nome de um dos valores mais caros ao sistema jurídico: a imprescindibilidade do advogado”, os dois pontos servem para indicar um elemento catafórico.
 - B. No fragmento “Para superar esse **impasse**, um grupo de advogados decidiu aceitar a convocação da Justiça, com a condição de simplesmente zelar pela observância do devido processo legal...”, as vírgulas servem para separar uma oração adjetiva anteposta à principal.
 - C. No trecho “...por mais que custe à chamada '**opinião**', o Estado de direito só é salvo se um poderoso ou um convicto corrupto são punidos no decurso de um devido processo legal”, as aspas foram utilizadas para marcar uma hesitação.
 - D. No enunciado “Em 28 de abril, o presidente da Ordine de Torino foi vítima de um atentado das '**Brigatti Rossi**', **tombando** em frente ao número 5 da via Ettore Perrone...”, a vírgula foi usada para separar uma oração reduzida de participípio.
9. Na oração “...por mais que custe à chamada “opinião”, o Estado de direito só é salvo se um poderoso ou um convicto corrupto são punidos no decurso de um devido processo legal...”, a ocorrência do acento grave justifica-se, de acordo com a norma culta, porque
- A. o verbo “custe” pede a preposição “a”, e a expressão que o segue exige artigo feminino.
 - B. o termo “opinião” funciona como complemento do verbo empregado na oração.
 - C. a preposição une-se a um artigo em decorrência da regência do verbo.
 - D. o termo regente e o termo regido exigem a anteposição de um artigo feminino.
10. A função sintática que o termo destacado desempenha, no trecho “...lembrei-me de Etorre Perrone, militar e político que empresta seu nome a uma via em Turim”, é a mesma do termo em negrito na alternativa:
- A. “Proíbiam com ameaças de morte **os defensores** nomeados pela justiça de os defenderem em juízo.”
 - B. “E possivelmente também imaginasse **o risco** que representava aquela decisão, que tragicamente acabou se concretizando.”
 - C. “ Não por outro motivo, o Estado tem o dever de oferecer assistência jurídica **a quem** não possui condições financeiras.”
 - D. “... o leigo em direito deve ter **a perfeita compreensão** de que a absolvição de uma pessoa culpada ou a prescrição de um crime não são produtos do direito de defesa...”

LEGISLAÇÃO

11. Considerando as disposições constitucionais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter distributivo e solidário.
- B. Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações serão aposentados, compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- C. É permitida a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores portadores de deficiência ou que exerçam atividades de risco, somente.
- D. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário, ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

12. De acordo com o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, Lei n. 11.091/05, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. Considera-se plano de carreira o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade;
- B. Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bianualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as demandas institucionais e individuais dos servidores.
- C. A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará a avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários.
- D. O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

13. De acordo com o Decreto n. 5.707/06,

I – São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal tanto o plano anual de capacitação e seu respectivo relatório de execução, como o sistema de gestão por competência.

II – Entende-se por capacitação o processo transitório e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais por meio do desenvolvimento de competências institucionais;

III - Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade, onde se encontrar em exercício, licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação, não podendo ser parcelada.

IV - Uma das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal é oferecer oportunidades de requalificação aos servidores redistribuídos.

Está **INCORRETO** o que se afirma somente em:

- A. I e III.
- B. II e III.
- C. II e IV.
- D. Todas estão incorretas.

14. Maria, servidora pública federal, recusou-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitada. Nos termos da Lei n. 8.112/90 e considerando que a servidora é reincidente em falta punida com a mesma penalidade, a ação disciplinar prescreverá em:

- A. 180 dias.
- B. 1 ano.
- C. 2 anos.
- D. 5 anos.

15. Com base na Lei no 9.784/99, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada.
- B. Somente não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- C. A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- D. Terá prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte, ou interessado, pessoa com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos.

16. De acordo com a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, é dispensável a licitação, **EXCETO**:

- A. Quando não acudirem interessados à licitação anterior e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- B. Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- C. Para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- D. Para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, limitada, no caso de obras e serviços de engenharia, a 20% (vinte por cento) de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

17. Maria, João e José são servidores públicos federais. A primeira, Maria, permitiu que seu cunhado, que não é servidor público, utilizasse veículo integrante do acervo patrimonial da entidade à qual é vinculada, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie. O segundo, João, deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício. Por fim, o terceiro, José, utilizou, em obra particular, máquinas e equipamentos de propriedade da entidade à qual está vinculado.

Os mencionados servidores praticaram os seguintes atos de improbidade e poderão estar sujeitos às seguintes penas:

- A. Maria praticou ato que causa prejuízo ao Erário; João, ato que atenta contra os Princípios da Administração Pública; e José, ato que importa enriquecimento ilícito, cujas suspensões dos direitos políticos podem ser de cinco a oito anos, três a cinco anos e oito a dez anos, respectivamente.
- B. Maria e João praticaram atos que causam prejuízo ao Erário; e José, ato que importa enriquecimento ilícito, todos devendo, portanto, promover o ressarcimento integral do dano.
- C. Maria e José praticaram atos que causam prejuízo ao Erário, que podem gerar o pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano; e João, ato que importa enriquecimento ilícito, que pode gerar o pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- D. Maria praticou ato que atenta contra os Princípios da Administração Pública; João, ato que causa prejuízo ao Erário; e José, ato que importa enriquecimento ilícito, todos podendo, portanto, perder a função pública.

18. Sobre o Decreto n. 1.171/94, que aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, analise as seguintes afirmações:

I - A Comissão de Ética é encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

II - As penas aplicáveis ao servidor público pela Comissão de Ética são a de censura e suspensão.

III - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público.

IV - A publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar, ressalvados os casos preservados em processo previamente declarado sigiloso.

Está **INCORRETO** o que se afirma somente em:

- A. II.
- B. II e III.
- C. III e IV.
- D. Todas estão corretas.

19. Sobre a Lei de Acesso à Informação, Lei n. 12.527/11 e sua regulamentação, Decreto n. 7.724/12, analise as seguintes afirmações:

I - Não serão atendidos pedidos de acesso à informação desproporcionais ou desarrazoados, podendo, no entanto, ser genéricos.

II - São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

III - Constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo, ou à informação pessoal.

IV - A informação em poder dos órgãos e entidades públicas poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, cujos prazos máximos de restrição de acesso à informação são de 25 (vinte e cinco), 15 (quinze) e 5 (cinco) anos, respectivamente.

V - São subordinados ao regime da lei citada os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público, excluindo-se as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Está **CORRETO** o que se afirma somente em:

- A. III.
- B. II, III e IV.
- C. III e V.
- D. Todas estão corretas.

20. De acordo com a Lei n. 8.112/90, dentre os deveres do servidor, constam, **EXCETO**:

- A. Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e ser leal às instituições a que servir.
- B. Observar as normas legais e regulamentares e cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais.
- C. Atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.
- D. Promover, sempre que possível, manifestação de apreço no recinto da repartição, de forma a valorizar colegas e subordinados hierárquicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sobre aneurismas, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- A. A progressão de aneurismas ateroscleróticos abdominais está relacionada com infecção por *Candida* sp.
- B. Aneurismas sífilíticos são mais freqüentes na aorta descendente.
- C. Aneurismas micóticos são secundários à transformação mucoide da média.
- D. São dilatações localizadas de vasos ou câmaras cardíacas, sendo raros em veias.

22. Sobre a doença isquêmica do coração, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- A. Na angina instável, é frequente a formação sucessiva de trombos não oclusivos sobre placas ateromatosas.
- B. Trombose é mais detectada nos infartos subendocárdicos, que nos infartos transmuralis.
- C. Na isquemia crônica do miocárdio, em geral, há diminuição de volume do coração.
- D. Há necessidade de redução de 90% da luz coronária para o surgimento de isquemia em coração com demanda aumentada de oxigênio.

23. Sobre as doenças do esôfago, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- A. Refluxo gastroesofágico e esôfago de Barrett são fatores predisponentes ao carcinoma epidermoide do esôfago.
- B. O divertículo de Zencker ocorre no terço distal do esôfago e é mais freqüente em idosos.
- C. A síndrome de Mallory-Weiss é mais freqüente em alcoólatras, após uso de ácido acetilsalicílico ou em pacientes com hérnia de hiato esofágico.
- D. À endoscopia, na esofagite herpética, encontram-se anéis, placas brancacentas e fendas lineares na mucosa ou estreitamento da luz.

24. Sobre as doenças inflamatórias intestinais, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- A. Na colite ulcerativa há comprometimento inflamatório resultando em fissuras, fístulas e abscessos na cavidade abdominal.
- B. Além dos linfócitos T CD4+, anticorpos anti-citoplasma de neutrófilos (p-ANCA) e antitropomiosina desempenham papel relevante na patogênese dessas doenças.
- C. A doença de Crohn é caracterizada por inflamação transmural que se estende por todas as camadas da parede intestinal.
- D. Não há risco maior de surgimento de câncer de cólon em pacientes com doenças inflamatórias intestinais.

25. A seguinte neoplasia é o tumor primário maligno mais freqüente do sistema nervoso central:

- A. Astrocitoma anaplásico
- B. Oligodendroglioma
- C. Meduloblastoma
- D. Glioblastoma

26. Faça a associação entre as lesões no sistema nervoso central e sua causa, depois assinale a alternativa que corresponda à sequência **CORRETA**:
- | | |
|-----------------------------|---------------------------------------|
| 1- Hematoma subdural | () trombose |
| 2- Infarto | () ruptura da artéria meníngea média |
| 3- Hemorragia subaracnoidea | () ruptura das veias-ponte |
| 4- Hematoma extradural | () ruptura de aneurisma sacular |
| | () embolia |
- A. 3,3,1,2,4
B. 1,4,3,4,2
C. 2,4,1,3,2
D. 3,2,4,1,1
27. Das seguintes neoplasias malignas invasivas da mama, assinale aquela de melhor prognóstico:
- A. carcinoma ductal
B. carcinoma lobular
C. carcinoma micropapilar
D. carcinoma tubular
28. Na citologia cérvico-vaginal, o achado de esfregaço rico em neutrófilos com estruturas com formato de pera oval ou redondas, cianofílicas, com núcleos pálidos, excêntricos e grânulos citoplasmáticos eosinofílicos, sugerem:
- A. *Trichomonas vaginalis*
B. Colpite atrófica
C. *Leptothrix vaginalis*
D. *Chlamydia*
29. Ao exame de Papanicolaou, os achados de grupamentos em faixas ou rosetas com sobreposição nuclear, hipercromasia, núcleos alongados e aumentados, nucléolos pequenos ou inconspícuos, ausência de diátese tumoral e raras células anormais isoladas, sugerem o diagnóstico de:
- A. *adenocarcinoma in situ*
B. *adenocarcinoma invasivo*
C. lesão escamosa intra-epitelial de alto grau
D. atipia em células glandulares de significado indeterminado – AGUS
30. Na classificação de Bethesda para citopatologia da tireoide a categoria IV contempla:
- A. lesões de caráter benigno como bócio colóide e tireoidite crônica.
B. neoplasia folicular ou suspeito para neoplasia folicular, inclusive as lesões do tipo células de Hürthle.
C. suspeito para malignidade, incluindo carcinoma papilar, medular, metastático e outros.
D. material insatisfatório e não diagnóstico.

31. Com relação à etiopatogênese do câncer de colo uterino, marque a alternativa **CORRETA**:
- A. Têm sido identificados mais de 100 genótipos distintos do HPV e a maioria desses é capaz de infectar células da região anogenital.
 - B. O câncer invasivo do colo uterino raramente está relacionado a lesões pré neoplásicas ou intra-epiteliais.
 - C. O HPV (Papilomavírus humano) é um DNA vírus encontrado em cerca de 80% dos cânceres do colo uterino, virtualmente em todos os cânceres invasores.
 - D. Nas lesões malignas do colo uterino o DNA do vírus HPV não está integrado ao DNA do hospedeiro.
32. Com relação ao caso clínico, marque a opção que indica a melhor hipótese diagnóstica. Paciente do sexo feminino, 34 anos, com adenomegalia cervical. À microscopia da massa, observa-se proliferação celular com faixas de tecido colagenoso delimitando nódulos constituídos por linfócitos, eosinófilos, plasmócitos e frequentes células lacunares.
- A. linfoma de Hodgkin celularidade mista
 - B. linfoma de Hodgkin esclerose nodular
 - C. linfoma de grandes células B
 - D. linfadenite associada ao Epstein-Barr vírus
33. O tipo mais frequente de carcinoma de células renais é:
- A. carcinoma papilar
 - B. carcinoma cromóforo
 - C. carcinoma de ductos coletores
 - D. carcinoma de células claras
34. Marque a melhor opção diagnóstica para a seguinte descrição: rim aumentado de volume, firme, com cápsula aderida, fibrose, dilatação do sistema pielocalicial e massas amareladas e friáveis, à superfície de corte. À microscopia, notam-se frequentes células espumosas contendo lipídeos, linfócitos, neutrófilos e plasmócitos, fibrose e necrose.
- A. pielonefrite xantogranulomatosa
 - B. infarto renal recente
 - C. necrose cortical difusa
 - D. carcinoma urotelial
35. A respeito do megaesôfago chagásico, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A. Ocorre dilatação permanente do esôfago.
 - B. O substrato anatomofuncional é lesão do sistema nervoso entérico (SNE) ou sistema nervoso autônomo (SNA) intramural.
 - C. No esôfago, há inflamação nos gânglios (ganglionite e periganglionite) e nos nervos (neurite e perineurite) e intensos fenômenos degenerativos dos neurônios.
 - D. Pode ser provocado por obstrução mecânica.

36. A respeito da pancreatite aguda, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. A principal causa é o vírus da caxumba.
- B. A forma edematosa se segue à forma necro-hemorrágica.
- C. Não há descrição de causa medicamentosa.
- D. Em geral é de causa não infecciosa.

37. A respeito da pancreatite crônica, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. Mais frequentemente é causada por obstrução crônica dos ductos pancreáticos por cálculos biliares impactados na papila de Vater.
- B. A causa mais comum é o alcoolismo.
- C. Diferentemente da cirrose hepática, há hipotrofia do pâncreas sem fibrose.
- D. Ao contrário da pancreatite aguda, não se acompanha de perda da função endócrina.

38. Com relação à patologia do fígado, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. A doença hepática gordurosa não alcoólica (DHGNA) inclui esteatose hepática e esteato-hepatite não alcoólica (EHNA).
- B. Cirrose biliar primária (CBP) é uma doença colestática crônica caracterizada por inflamação e destruição do ducto hepático comum e do ducto colédoco.
- C. Colestase é definida como interrupção do fluxo biliar para o intestino, com refluxo de todos os componentes da bile para a corrente sanguínea.
- D. A colestase pode dever-se à obstrução do ducto hepático comum, por atresia, cálculos ou tumores, ou a bloqueio dos delicados mecanismos intra-hepatocitários de secreção biliar.

39. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. Na pneumonia lobar, o lobo atingido consolida-se de forma homogênea pela substituição do ar dos alvéolos e sacos alveolares por exsudato inflamatório, enquanto as vias aéreas maiores permanecem permeáveis.
- B. Broncopneumonia é um processo caracterizado por focos múltiplos, às vezes bilaterais, de inflamação purulenta no parênquima pulmonar; em alguns casos, os focos são confluentes e podem comprometer grande parte do pulmão.
- C. O complexo primário da tuberculose é formado pelo nó de Ghon isoladamente.
- D. Abscesso pulmonar é uma coleção de pus na intimidade do órgão resultante de agressão e destruição tecidual com formação de cavidade onde se acumula secreção purulenta constituída por restos celulares, microrganismos e células inflamatórias.

40. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. Enfisema pulmonar é definido como dilatação anormal dos ácinos pulmonares.
- B. No *enfisema centroacinar* ou *centrolobular*, comumente associado ao hábito de fumar e à bronquite crônica, a porção central do ácino pulmonar, junto ao bronquíolo respiratório, está acometida, poupando os alvéolos distais.
- C. No *enfisema pan-acinar* ou *panlobular*, geralmente relacionado à deficiência da α_1 -antitripsina, todo o ácino está aumentado, tornando difícil a distinção entre alvéolos e ductos alveolares. As lesões são mais graves nas bases pulmonares.
- D. A teoria mais aceita para a patogênese do enfisema é o mecanismo protease-antiprotease, segundo a qual o enfisema resulta do desbalanço entre proteases e antiproteases, com predomínio de proteases, o que resulta em destruição dos septos alveolares.

FOLHA DE RESPOSTAS

(RASCUNHO)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

ATENÇÃO:

AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA VIRAR O

CADERNO DE PROVA.